

SUMÁRIO

- Nota à 7ª edição, 26*
- Nota à 6ª edição, 27*
- Nota à 5ª edição, 28*
- Nota à 4ª edição, 29*
- Nota à 3ª edição, 30*
- Nota à 2ª edição, 31*
- Prefácio à 1ª edição, 32*

① DIREITO CONSTITUCIONAL, 33

- 1 Constitucionalismo, 33
- 2 Conceito de constituição, 34
- 3 Classificação das constituições, 35
 - 3.1 Quadro geral, 35
 - 3.2 Quanto ao conteúdo: constituições materiais, ou substanciais, e formais, 35
 - 3.3 Quanto à forma: constituições escritas e não escritas, 36
 - 3.4 Quanto ao modo de elaboração: constituições dogmáticas e históricas, 36
 - 3.5 Quanto à origem: constituições promulgadas (democráticas, populares) e outorgadas, 37
 - 3.6 Quanto à estabilidade: constituições imutáveis, rígidas, flexíveis e semi-rígidas, 37
 - 3.7 Quanto à sua extensão e finalidade: constituições analíticas (dirigentes) e sintéticas (negativas, garantias), 38
 - 3.8 Constituição Federal de 1988, 38
 - 3.9 Outras classificações, 38
- 4 Aplicabilidade das normas constitucionais, 39
 - 4.1 Normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada, 39
 - 4.2 Normas constitucionais com eficácia absoluta, plena, relativa restringível e relativa complementável ou dependentes de complementação, 39

- 4.3 Normas programáticas, 41
- 5 Interpretação das normas constitucionais, 41
 - 5.1 Interpretação conforme a Constituição, 43
 - 5.2 Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto, 45
- 6 Preâmbulo constitucional, 46
- 7 Fundamentos da República Federativa do Brasil, 48
- 8 Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, 49
- 9 Princípios de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil, 50
 - 9.1 Asilo político, 50

2 PODER CONSTITUINTE, 52

- 1 Conceito e finalidade, 52
- 2 Titularidade do poder constituinte, 52
- 3 Espécies de poder constituinte, 53
- 4 Poder constituinte originário, 53
 - 4.1 Conceito, 53
 - 4.2 Formas de expressão do poder constituinte originário, 53
 - 4.3 Características do poder constituinte originário, 54
- 5 Poder constituinte derivado, 54
 - 5.1 Conceito e características, 54
 - 5.2 Espécies de poder constituinte derivado, 55

3 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, 56

- 1 Finalidade. direitos fundamentais como direitos de defesa, 56
 - 1.1 Classificação dos direitos fundamentais, 57
- 2 Natureza jurídica das normas que disciplinam os direitos e garantias fundamentais, 58
 - 2.1 Relatividade dos direitos e garantias individuais e coletivos, 58
- 3 Direitos e garantias individuais, 59
 - 3.1 Diferenciação entre direitos e garantias individuais, 59
 - 3.2 Direitos fundamentais e garantias institucionais, 60
- 4 Destinatários da proteção, 60
- 5 Direito à vida, 61
- 6 Princípio da igualdade, 62
 - 6.1 Princípio da igualdade e limitação de idade em concurso público, 64
 - 6.2 Tratamento isonômico entre homens e mulheres (art. 5º, I), 65
 - 6.2.1 Critérios de admissão para concurso público, 65
 - 6.2.2 Critérios para admissão de emprego, 65
 - 6.2.3 Constitucionalidade da prerrogativa do foro em favor da mulher e sua aplicação tanto para a ação de separação judicial quanto para a de divórcio direto, 65

- 7 Princípio da legalidade, 67
 - 7.1 Princípios da legalidade e da reserva legal, 67
- 8 Tratamento constitucional da tortura (art. 5º, III e XLIII), 68
- 9 Liberdade de pensamento, direito de resposta e responsabilidade por dano material, moral ou à imagem (art. 5º, IV e V), 69
- 10 Liberdade de consciência, crença religiosa, convicção filosófica ou política e escusa de consciência (art. 5º, VI e VIII), 69
 - 10.1 Liberdade religiosa e Estado laico ou leigo, 70
 - 10.2 Escusa de consciência e serviço militar obrigatório, 71
- 11 Expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (art. 5º, IX), 72
- 12 Inviolabilidade à intimidade, vida privada, honra e imagem, 72
- 13 Inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI), 74
 - 13.1 Questão do dia e da noite, 75
 - 13.2 Violação de domicílio por decisão administrativa ou parlamentar. Impossibilidade – cláusula de reserva jurisdicional, 75
 - 13.3 Inviolabilidade domiciliar e fisco, 76
- 14 Sigilo de correspondência e de comunicação (art. 5º, XII), 77
 - 14.1 Possibilidade de interceptação telefônica, 77
 - 14.2 Lei nº 9.296, de 24-7-1996 – Interceptações telefônicas, 78
 - 14.3 Gravação clandestina, 80
- 15 Inviolabilidade de dados (art. 5º, X e XII): sigilos bancário e fiscal, 83
 - 15.1 Inviolabilidade constitucional da privacidade e do sigilo de dados, 83
 - 15.2 Legislação sobre sigilo bancário, 84
 - 15.2.1 Introdução, 84
 - 15.2.2 Requisitos para a quebra do sigilo bancário, 85
 - 15.3 Legislação sobre sigilo fiscal, 86
 - 15.3.1 Introdução, 86
 - 15.3.2 Requisitos para a quebra do sigilo fiscal, 87
 - 15.4 Possibilidade de quebra do sigilo por parte do Ministério Público, 87
 - 15.5 Supremo Tribunal Federal: sigilo/Ministério Público, 88
 - 15.6 Inviolabilidade à intimidade e sigilo de dados como cláusulas pétreas da Constituição Federal, 90
 - 15.7 Comissão Parlamentar de Inquérito e sigilo, 90
 - 15.8 Observações finais sobre a garantia do sigilo, 91
- 16 Direito de reunião (art. 5º, XVI), 92
 - 16.1 Desnecessidade de autorização da autoridade pública e interferência da polícia, 93
 - 16.2 Tutela do direito de reunião, 94
- 17 Direito de associação (art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX E XXI), 94
 - 17.1 Finalidade lícita, 94
 - 17.2 Caráter paramilitar, 94
 - 17.3 Vedação de interferência estatal, 94

- 17.4 Conteúdo do direito de associação, 95
- 17.5 Dissolução das associações, 95
- 17.6 Representação dos associados, 96
- 18 Apreciação de lesão ou ameaça de direito pelo poder judiciário (art. 5º, XXXV), 96
 - 18.1 Inexistência da jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, 97
 - 18.2 Acesso ao Judiciário e à justiça desportiva, 97
 - 18.3 Inexistência da obrigatoriedade de duplo grau de jurisdição, 97
- 19 Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada (art. 5º, XXXVI), 98
 - 19.1 Previdência Social e direitos adquiridos, 100
- 20 Princípio do juiz natural (art. 5º, XXXVII e LIII), 101
 - 20.1 Justiças especializadas e tribunais de exceção, 102
 - 20.2 Tribunais de ética e tribunais de exceção, 102
- 21 Tribunal do júri (art. 5º, XXXVIII), 102
 - 21.1 Plenitude de defesa, 103
 - 21.2 Sigilo de votações, 103
 - 21.3 Soberania dos veredictos e possibilidade de apelação, 103
 - 21.4 Competência constitucional do Tribunal de Júri, 104
- 22 Extradicação (art. 5º, LI e LII), 106
 - 22.1 Hipóteses constitucionais para a extradicação, 107
 - 22.2 Requisitos infraconstitucionais para a extradicação, 108
 - 22.3 Procedimento e decisão, 109
 - 22.4 Prisão preventiva por extradicação, 110
 - 22.5 Atuação do judiciário na extradicação, 111
 - 22.6 Extradicação, princípio da especialidade e pedido de extensão, 112
 - 22.7 Extradicação e expulsão, 112
 - 22.8 Possibilidade de extradicação ou expulsão de pessoa casada com brasileiros ou com filhos brasileiros, 114
 - 22.9 Extradicação e deportação, 115
 - 22.10 Expulsão e deportação de brasileiros, 115
 - 22.11 Desnecessidade de comutação da pena de prisão perpétua, 115
- 23 Devido processo legal, contraditório e ampla defesa (art. 5º, LIV e LV), 116
 - 23.1 Inquérito policial e contraditório, 117
- 24 Provas ilícitas (art. 5º, LVI), 117
 - 24.1 Provas derivadas das provas ilícitas, 119
 - 24.2 Convalidação de provas obtidas por meios ilícitos com a finalidade de defesa das liberdades públicas fundamentais (legítima defesa), 122
- 25 Princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII), 123
- 26 Ação penal privada subsidiária (art. 5º, LIV), 124
- 27 Prisão civil, 125
- 28 Rol exemplificativo, 126

- ④ TUTELA CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES, 128
- 1 *Habeas corpus*, 128
 - 1.1 Origem, 128
 - 1.2 Conceito e finalidade, 129
 - 1.3 Natureza jurídica, 131
 - 1.4 Legitimidade ativa, 131
 - 1.5 Legitimidade passiva, 133
 - 1.6 Hipóteses e espécies, 134
 - 1.6.1 *Habeas corpus* preventivo (salvo-conduto), 134
 - 1.6.2 *Habeas corpus* liberatório ou repressivo, 134
 - 1.6.3 Liminar em *habeas corpus*, 134
 - 1.7 Possibilidade de supressão, 135
 - 1.8 *Habeas corpus* e assistente, 135
 - 1.9 Excesso de prazo, 135
 - 1.10 *Habeas corpus* impetrado contra coação ilegal atribuída à Turma do Supremo Tribunal Federal, 136
 - 1.11 *Habeas corpus* contra ato único ou colegiado de tribunais regionais federais ou estaduais, 136
 - 1.12 *Habeas corpus* contra ato ilegal imputado a promotor de justiça, 139
 - 1.13 *Habeas corpus* contra ato da Turma Recursal nos Juizados Especiais Criminais, 139
 - 1.14 *Habeas corpus* contra ato do juiz especial nos Juizados Especiais Criminais, 140
 - 1.15 *Habeas corpus* e recursos ordinários – concomitância, 140
 - 1.16 *Habeas corpus* – substituição de recurso ordinário constitucional prevista para denegação da ordem – viabilidade, 141
 - 1.17 *Habeas corpus* e punições disciplinares militares, 142
 - 1.18 Empate no *habeas corpus*, 142
 - 2 *Habeas data*, 143
 - 2.1 Conceito, 143
 - 2.2 Natureza jurídica, 143
 - 2.3 Finalidade, 143
 - 2.4 Cabimento, 144
 - 2.5 Legitimação ativa, 146
 - 2.6 Legitimação passiva, 147
 - 2.7 Procedimento (Lei nº 9.507/97), 147
 - 2.8 Direito ao conhecimento e à retificação, 149
 - 2.9 Competência, 150
 - 2.10 *Habeas data* e dados sigilosos, 151
- ③ Mandado de segurança, 153
- 3.1 Conceito e finalidade, 153

- 3.2 Espécies, 153
- 3.3 Natureza jurídica, 154
- 3.4 Cabimento do mandado de segurança, 154
- 3.5 Conceito de direito líquido e certo, 156
- 3.6 Legitimação ativa – impetrante, 156
- 3.7 Legitimação passiva – impetrado, 158
- 3.8 Prazo para impetração do mandado de segurança, 159
- 3.9 Competência, 160
- 3.10 Competência do mandado de segurança contra atos e omissões de tribunais, 160
- 3.11 Mandado de segurança e liminares, 161
- ④ Mandado de segurança coletivo, 163
 - 4.1 Conceito, 163
 - 4.2 Finalidade, 163
 - 4.3 Objeto, 163
 - 4.4 Legitimação ativa e passiva, 164
 - 4.5 Beneficiários, 167
 - 4.6 Mandado de segurança coletivo e individual, 168
- ⑤ Mandado de injunção, 168
 - 5.1 Histórico, 168
 - 5.2 Conceito, 169
 - 5.3 Objeto do mandado de injunção, 169
 - 5.4 Requisitos, 171
 - 5.5 Legitimidade ativa, 171
 - 5.6 Legitimidade passiva, 171
 - 5.7 Procedimento, 172
 - 5.8 Competência, 172
 - 5.9 Decisão e efeitos do mandado de injunção, 174
- 6 Direito de petição, 178
 - 6.1 Histórico e conceito, 178
 - 6.2 Natureza, 179
 - 6.3 Legitimidade ativa e passiva, 179
 - 6.4 Finalidade, 179
- 7 Ação popular, 180
 - 7.1 Conceito, 180
 - 7.2 Finalidade, 180
 - 7.3 Requisitos, 181
 - 7.4 Objeto, 181
 - 7.5 Legitimação ativa, 182
 - 7.6 Legitimação passiva, 183
 - 7.7 Natureza da decisão, 183

- 7.8 Competência, 184
- 7.9 Sentença e coisa julgada, 184
- 8 Texto integral dos direitos e garantias individuais da Constituição Federal de 1988, 185
- ⑤ DIREITOS SOCIAIS, 190
 - 1 Conceito e abrangência, 190
 - 2 Direito à segurança no emprego, 191
 - 3 Rol dos direitos sociais, 192
 - 4 Liberdade de associação profissional ou sindical, 195
 - 4.1 Conceituação, 195
 - 4.2 Classificação dos direitos sindicais, 195
 - 4.3 Contribuições confederativa e sindical – diferenças e exigibilidade, 197
 - 5 Direito de greve, 198
- ⑥ DIREITO DE NACIONALIDADE, 201
 - 1 Conceito, 201
 - 2 Definições relacionadas à matéria, 201
 - 3 Espécies de nacionalidade, 202
 - 4 Brasileiros natos, 202
 - 4.1 Critérios de atribuição de nacionalidade originária, 202
 - 5 Hipóteses de aquisição originária, 203
 - 5.1 Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país, 203
 - 5.2 Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, 204
 - 5.3 Nacionalidade potestativa: os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira, 205
 - 5.4 Opção, 206
 - 5.5 Hipótese suprimida pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 7-6-1994 – *ius sanguinis* + registro, 207
 - 6 Brasileiro naturalizado, 208
 - 6.1 Espécies de naturalização, 208
 - 6.1.1 Naturalização tácita ou grande naturalização, 208
 - 6.1.2 Naturalização expressa, 209
 - 6.2 Radicação precoce e curso superior, 212
 - 7 Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado, 213
 - 7.1 Brasileiro nato e naturalizado – diferenças, 214
 - 7.2 Cargos, 214
 - 7.3 Função, 215

- 7.4 Extradicação, 215
- 7.5 Direito de propriedade/manifestação de pensamento/informação, 215
- 8 Perda do direito de nacionalidade, 216
 - 8.1 Ação de cancelamento de naturalização, 216
 - 8.2 Naturalização voluntária, 217
 - 8.2.1 Regra constitucional, 217
 - 8.2.2 Exceções constitucionais, 218
- ⑦ DIREITOS POLÍTICOS, 220
 - 1 Conceito, 220
 - 2 Direitos políticos, 220
 - 3 Núcleo dos direitos políticos – direito de sufrágio, 221
 - 3.1 Conceituação, 221
 - 3.2 Classificação, 222
 - 4 Capacidade eleitoral ativa, 222
 - 5 Direito de voto, 223
 - 5.1 Natureza do voto, 223
 - 5.2 Caracteres do voto, 223
 - 6 Plebiscito e referendo: exercício do direito de voto, 225
 - 7 Elegibilidade, 225
 - 7.1 Conceito, 225
 - 7.2 Condições, 225
 - 8 Direitos políticos negativos, 227
 - 8.1 Conceito, 227
 - 8.2 Inelegibilidades, 227
 - 8.3 Quadro de inelegibilidades, 228
 - 8.4 Inelegibilidade absoluta, 228
 - 8.5 Inelegibilidade relativa, 228
 - 8.5.1 Por motivos funcionais, 229
 - 8.5.2 Por motivos de casamento, parentesco ou afinidade¹, 238
 - 8.5.2.1 Inelegibilidade reflexa e renúncia do detentor de mandato executivo, 240
 - 8.5.3 Militar, 241
 - 8.5.4 Previsões de ordem legal, 241
 - 9 Privação dos direitos políticos, 242
 - 9.1 Perda, 243
 - 9.1.1 Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional (CF art. 12, § 4º), 243
 - 9.1.2 Escusa de consciência, 243
 - 9.1.3 Outros casos de perda, 244

- 9.2 Suspensão, 244
 - 9.2.1 Incapacidade civil absoluta, 245
 - 9.2.2 Condenação criminal com trânsito em julgado enquanto durarem seus efeitos, 245
 - 9.2.3 Improbidade administrativa, 250
 - 10 Partidos políticos, 250
 - 11 Língua e símbolos oficiais, 251
- 8 ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, 253
- 1 Regras de organização, 253
 - 1.1 Adoção da federação, 253
 - 1.2 Princípio da indissolubilidade do vínculo federativo, 254
 - 1.3 Capital Federal, 255
 - 1.4 União, 256
 - 1.5 Estados-membros, 257
 - 1.5.1 Autonomia estadual, 257
 - 1.5.2 Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, 260
 - 1.6 Municípios, 260
 - 1.6.1 Lei orgânica municipal, 261
 - 1.6.2 Prefeito municipal – responsabilidade criminal e política, 263
 - 1.6.3 Vereadores – imunidade material, 266
 - 1.7 Distrito Federal, 267
 - 1.8 Territórios, 268
 - 1.9 Formação dos Estados, 268
 - 1.9.1 Fusão (incorporação entre si), 269
 - 1.9.2 Subdivisão, 269
 - 1.9.3 Desmembramento, 270
 - 1.10 Formação de municípios, 270
 - 1.11 Vedações constitucionais de natureza federativa, 271
 - 2 Repartição de competências, 273
 - 2.1 Conceito, 273
 - 2.2 Princípio básico para a distribuição de competências – predominância do interesse, 273
 - 2.3 Repartição em matéria administrativa, 274
 - 2.3.1 Quadro geral, 274
 - 2.3.2 Competências administrativas da União, 274
 - 2.3.3 Competências administrativas dos Estados-membros, 276
 - 2.3.4 Competências administrativas dos municípios, 276
 - 2.3.5 Competências administrativas do Distrito Federal, 277
 - 2.3.6 Competência administrativa comum, 277
 - 2.4 Repartição em matéria legislativa, 278

- 2.4.1 Quadro geral de repartição de competência legislativa, 278
- 3 Intervenção, 289
 - 3.1 Parte geral, 289
 - 3.2 Intervenção federal, 291
 - 3.2.1 Quadro geral, 291
 - 3.2.2 Hipóteses, 291
 - 3.2.3 Procedimento de intervenção federal, 292
 - 3.3 Intervenção estadual nos municípios, 295
- 9 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 296
 - 1 Conceito, 296
 - 2 Princípios constitucionais da administração pública, 297
 - 2.1 Princípio da legalidade, 297
 - 2.2 Princípio da impessoalidade, 297
 - 2.3 Princípio da moralidade, 298
 - 2.4 Princípio da publicidade, 300
 - 2.5 Princípio da eficiência, 300
 - 2.5.1 Introdução, 300
 - 2.5.2 Princípio da eficiência e direito comparado, 301
 - 2.5.3 Conceito, 302
 - 2.5.4 Características do princípio da eficiência, 304
 - 2.5.5 Aplicabilidade e fiscalização, 307
 - 3 Preceitos de observância obrigatória a administração pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, 309
 - 3.1 Fixação do teto salarial do funcionalismo, 312
 - 4 Concurso público, 313
 - 5 Direitos sociais dos servidores públicos civis (livre associação sindical e greve), 317
 - 6 Servidor público e data-base – princípio da periodicidade, 320
 - 7 Cumulação de vencimentos no setor público, 321
 - 8 Licitação: interpretação de acordo com a finalidade constitucional, 323
 - 8.1 Da necessidade da licitação, 323
 - 8.2 Das hipóteses excepcionais de ausência de licitação, 324
 - 8.3 Da dispensa da licitação, 325
 - 8.4 Da inexigibilidade da licitação, 325
 - 8.5 Conclusão, 326
 - 9 Publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, 326
 - 10 Improbidade administrativa, 329
 - 11 Ação civil pública por ato de improbidade, 330
 - 12 Responsabilidade civil objetiva do poder público, 332
 - 12.1 Responsabilidade civil do poder público por danos causados a alunos no recinto de estabelecimento oficial de ensino, 334

- 13 Servidor público e mandato eletivo, 335
- 14 Sistema remuneratório do servidor público, 335
- 15 Regra geral de aposentadoria do servidor público civil, 337
 - 15.1 Regra de transição de aposentadoria voluntária integral e proporcional, 339
 - 15.1.1 Regra de transição e magistrados, membros do Ministério Público e Tribunal de Contas, 341
 - 15.1.2 Regra de transição para professor, 341
 - 15.2 Regime de previdência complementar no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, 341
 - 15.3 Emenda Constitucional nº 20/98 e o respeito aos direitos adquiridos, 342
- 16 Estabilidade do servidor público civil, 343
- 17 Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, 345
- 18 Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e cargo público civil, 346
 - 18.1 Cargo público civil permanente, 346
 - 18.2 Cargo, emprego ou função pública temporária, 347
- 19 Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e Direitos Sociais, 347
- 20 Emenda Constitucional nº 19/98 e respeito aos direitos adquiridos, 348

10 ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 355

- 1 Separação das funções estatais – limitação do poder e garantia dos direitos fundamentais, 355
 - 1.1 Introdução, 355
 - 1.2 Funções estatais, imunidades e garantias em face do princípio da igualdade, 356
 - 1.3 Funções estatais: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário e Ministério Público, 359
 - 1.4 Conclusão inicial, 360
- 2 Poder legislativo, 361
 - 2.1 Funções, 361
 - 2.2 Congresso Nacional, 361
 - 2.3 Câmara dos Deputados, 364
 - 2.3.1 Suplência e permanência no partido, 365
 - 2.4 Senado Federal, 365
 - 2.5 Função típica – fiscalização. Comissões parlamentares de inquérito, 367
 - 2.5.1 Limitações constitucionais às Comissões Parlamentares de Inquérito, 368
 - 2.6 Tribunal de Contas, 376
 - 2.6.1 Conceito, funções e finalidades, 376
 - 2.6.2 Tribunal de Contas – escolha pelo Presidente da República (1/3), 377
 - 2.6.3 Tribunais de contas estaduais, distrital e municipais, 378

- 2.6.4 Tribunal de Contas e rejeição de contas do Chefe do Poder Executivo, 380
- 2.7 Estatuto dos congressistas, 380
 - 2.7.1 Introdução, 380
 - 2.7.2 Finalidade democrática, 381
 - 2.7.3 Histórico, 381
 - 2.7.4 Conceito de imunidades, 385
 - 2.7.5 Imunidades materiais, 385
 - 2.7.6 Imunidade formal – definição histórica, 389
 - 2.7.7 Imunidade formal em relação à prisão, 390
 - 2.7.8 Imunidade formal em relação ao processo, 391
 - 2.7.9 Prerrogativa de foro em razão da função, 396
 - 2.7.10 Vencimentos dos parlamentares, 398
 - 2.7.11 Deputados Federais/Senadores da República e Forças Armadas, 399
 - 2.7.12 Parlamentar e obrigação de testemunhar, 399
 - 2.7.13 Irrenunciabilidade das imunidades, 399
 - 2.7.14 Imunidades e Parlamentar licenciado para exercício de cargo executivo (Ministro de Estado, Secretário de Estado), 400
 - 2.7.15 Incompatibilidades, 400
 - 2.7.16 Perda do mandato, 401
 - 2.7.17 Conclusão, 403
- 3 Poder executivo, 405
 - 3.1 Estrutura do Poder Executivo, 406
 - 3.1.1 Chefe de Estado e Chefe de Governo, 406
 - 3.1.2 Modo de investidura e posse no cargo de Presidente da República, 406
 - 3.1.3 Vacância da Presidência da República, 408
 - 3.1.4 Atribuições do Presidente da República, 409
 - 3.1.5 Vice-presidente da República, 411
 - 3.1.6 Órgãos auxiliares do Presidente da República. Ministros. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional, 411
 - 3.2 Responsabilidade do Presidente da República: prerrogativas e imunidades do Presidente da República, 413
 - 3.2.1 Crimes de responsabilidade, 414
 - 3.2.2 Crimes comuns, 425
- 4 Poder judiciário, 430
 - 4.1 Conceito, 430
 - 4.2 Quadro de organização estrutural, 432
 - 4.3 Funções típicas e atípicas, 432
 - 4.4 Garantias do Poder Judiciário, 433
 - 4.4.1 Garantias institucionais, 434
 - 4.4.2 Garantias aos membros, 436
 - 4.4.3 Independência do Poder Judiciário e controle externo, 438

- 4.4.4 Supremo Tribunal Federal e controle externo do Poder Judiciário, 440
- 4.5 Organização do Poder Judiciário, 442
 - 4.5.1 Fixação de subsídios do Poder Judiciário, 443
- 4.6 Escolha dos membros dos Tribunais Superiores, 444
 - 4.6.1 Supremo Tribunal Federal (art. 101 da CF), 444
 - 4.6.2 Superior Tribunal de Justiça (art. 104 da CF), 445
 - 4.6.3 Tribunal Superior Eleitoral (art. 118 da CF), 446
 - 4.6.4 Tribunal Superior do Trabalho (art. 111 da CF), 446
 - 4.6.5 Superior Tribunal Militar (art. 123 da CF), 447
- 4.7 Distribuição de competências jurisdicionais, 448
 - 4.7.1 Supremo Tribunal Federal, 448
 - 4.7.2 Superior Tribunal de Justiça, 456
 - 4.7.3 Justiça do Trabalho, 459
 - 4.7.4 Justiça Eleitoral, 461
 - 4.7.5 Justiça Militar, 462
 - 4.7.6 Justiça Federal, 462
 - 4.7.7 Justiça Estadual, 464
 - 4.7.8 Composição dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios: REGRA DO “QUINTO CONSTITUCIONAL”, 465
- 4.8 Quadro de competência para julgamento de autoridades da República (os artigos referem-se à Constituição Federal), 466
- 5 Ministério Público, 469
 - 5.1 Histórico, 469
 - 5.2 Origem e desenvolvimento no Brasil, 469
 - 5.3 Posicionamento constitucional, 473
 - 5.4 Conceito, 475
 - 5.5 Princípios do Ministério Público, 475
 - 5.5.1 Unidade, 475
 - 5.5.2 Indivisibilidade, 475
 - 5.5.3 Princípio da independência ou autonomia funcional, 476
 - 5.5.4 Princípio do promotor natural, 476
 - 5.6 Funções, 478
 - 5.7 Ministério Público e legitimidade para defesa do patrimônio público e zelo dos direitos constitucionais do cidadão, 480
 - 5.8 Garantias do Ministério Público, 482
 - 5.8.1 Garantias da instituição, 482
 - 5.8.2 Garantias dos membros, 487
 - 5.9 Vedações constitucionais, 488
 - 5.10 Exercício da política partidária, salvo as exceções previstas em lei, 488

- 5.11 Da impossibilidade de supressão ou alteração das funções, garantias e prerrogativas constitucionais do Ministério Público, 491
- 5.12 Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, 496
- 6 Advocacia pública, 498
- 7 Advocacia, 499
 - 7.1 Indispensabilidade do advogado, 499
 - 7.2 Imunidade do advogado, 499
- 8 Defensoria pública, 500
- 9 Questões processuais – foro privilegiado: aplicabilidade da Lei nº 9.099/95 às infrações penais cometidas por autoridades com foro privilegiado, 501
 - 9.1 Representação nos crimes de lesão corporal dolosa de natureza leve e lesão corporal culposa e suspensão condicional do processo, 501
 - 9.2 Suspensão condicional do processo, 502
 - 9.3 Juizados Especiais na Justiça Federal, 504

11 PROCESSO LEGISLATIVO, 505

- 1 Conceito, 505
- 2 Noções gerais, 506
 - 2.1 Conceitos iniciais, 506
 - 2.2 Processos legislativos, 507
 - 2.2.1 Classificação em relação às formas de organização política, 507
 - 2.2.2 Classificação em relação à seqüência das fases procedimentais, 508
- 3 Processo legislativo ordinário, 508
 - 3.1 Fase introdutória, 509
 - 3.1.1 Iniciativa de lei do poder judiciário, 509
 - 3.1.2 Iniciativa privativa do Presidente da República – art. 61, 510
 - 3.1.3 Emenda que aumenta a despesa em projeto de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo, 511
 - 3.1.4 Vício de iniciativa e sanção, 512
 - 3.1.5 Iniciativa de lei do Ministério Público, 512
 - 3.1.6 Iniciativa popular de lei, 513
 - 3.1.7 Iniciativa conjunta de lei para fixação de subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (teto salarial), 514
 - 3.2 Fase constitutiva, 514
 - 3.2.1 Deliberação parlamentar, 514
 - 3.2.2 Deliberação executiva, 518
 - 3.3 Fase complementar, 521
 - 3.3.1 Promulgação, 521
 - 3.3.2 Publicação, 521
- 4 Espécies normativas, 522
 - 4.1 Emendas constitucionais, 522
 - 4.1.1 Quadro geral sobre limitações ao poder reformador, 524

- 4.1.2 Limitações expressas, 524
- 4.1.3 Limitações implícitas, 527
- 4.2 Lei complementar, 528
 - 4.2.1 Lei complementar e lei ordinária – diferenças, 528
 - 4.2.2 Processo legislativo especial da lei complementar, 529
 - 4.2.3 Hierarquia – lei complementar e lei ordinária, 529
- 4.3 Medidas provisórias, 530
 - 4.3.1 Procedimento da medida provisória – aprovação integral, 531
 - 4.3.2 Aprovação da medida provisória pelo Congresso Nacional com alterações, 532
 - 4.3.3 Rejeição expressa da medida provisória pelo Congresso Nacional, 533
 - 4.3.4 Rejeição tácita da medida provisória não deliberada no prazo de 30 dias pelo Congresso Nacional, 533
 - 4.3.5 Impossibilidade de o Presidente da República retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória já editada, 534
 - 4.3.6 Medida provisória e lei anterior que trate do mesmo assunto, 535
 - 4.3.7 Efeitos e disciplina no caso de rejeição da medida provisória, 535
 - 4.3.8 Medidas provisórias e controle de constitucionalidade, 535
 - 4.3.9 Estados-membros e municípios – possibilidade de edição de medidas provisórias, 537
 - 4.3.10 Medida provisória e decreto-lei, 539
 - 4.3.11 Limites materiais à edição de medidas provisórias – impossibilidade em matéria tributária, matéria penal e reservada à lei complementar, 540
- 4.4 Lei delegada, 543
 - 4.4.1 Natureza jurídica, 543
 - 4.4.2 Processo legislativo especial da lei delegada, 544
 - 4.4.3 O poder do Congresso Nacional de sustar a lei delegada, 545
- 4.5 Decreto legislativo, 545
 - 4.5.1 Conceito, 545
 - 4.5.2 Processo legislativo especial previsto para a elaboração do decreto legislativo, 546
 - 4.5.3 Decreto legislativo e tratados e atos internacionais, 546
- 4.6 Resolução, 549
 - 4.6.1 Conceito, 549
 - 4.6.2 Espécies, 549
 - 4.6.3 Processo legislativo especial para a elaboração das resoluções, 549

- 4.7 Leis orçamentárias, 550
 - 4.7.1 Processo legislativo especial para as leis relativas ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, 551
 - 4.7.2 Possibilidade de apresentação de emendas aos projetos de leis orçamentárias, 552
 - 4.7.3 Rejeição do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do projeto de lei orçamentária, 552

12 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE, 554

- 1 Idéia central, 554
- 2 Conceito, 555
- 3 Pressupostos ou requisitos de constitucionalidade das espécies normativas, 555
 - 3.1 Requisitos formais, 555
 - 3.1.1 Subjetivos, 556
 - 3.1.2 Objetivos, 556
 - 3.2 Requisitos substanciais ou materiais, 556
- 4 O descumprimento da lei ou do ato normativo inconstitucional pelo poder executivo, 556
- 5 Espécies de controle de constitucionalidade, 557
 - 5.1 Em relação ao momento de realização, 557
 - 5.2 Controle repressivo em relação ao órgão controlador, 558
 - 5.2.1 Político, 558
 - 5.2.2 Judiciário ou jurídico, 558
 - 5.2.3 Misto, 558
- 6 Controle preventivo, 558
 - 6.1 Comissões de constituição e justiça, 558
 - 6.2 Veto jurídico, 559
- 7 Controle repressivo de constitucionalidade, 559
- 8 Controle repressivo realizado pelo poder legislativo, 560
 - 8.1 Art. 49, V, da Constituição Federal, 560
 - 8.2 Art. 62 da Constituição Federal, 560
- 9 Controle repressivo realizado pelo poder judiciário, 561
 - 9.1 Difuso ou aberto, 561
 - 9.1.1 Questão do art. 97 – cláusula de reserva de plenário, 562
 - 9.1.2 Controle difuso e Senado Federal (art. 52, X, CF), 563
 - 9.1.3 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle difuso, 565
 - 9.1.4 Controle difuso de constitucionalidade em sede de ação civil pública, 565
 - 9.1.5 Controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo, 568

- 9.1.6 Supremo Tribunal Federal e controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo, 570
- 9.2 Controle concentrado ou via de ação direta, 577
- 10 Ação direta de inconstitucionalidade genérica, 577
 - 10.1 Competência, 577
 - 10.2 Objeto, 577
 - 10.2.1 Conceito de leis e atos normativos, 578
 - 10.2.2 Impossibilidade do controle de constitucionalidade das normas originárias, 580
 - 10.2.3 Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal ou estadual em face das constituições estaduais, 581
 - 10.2.4 Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal, 581
 - 10.2.5 Controle concentrado de lei ou ato normativo distrital em face da Constituição Federal, 582
 - 10.2.6 Controle concentrado de lei ou ato normativo anterior à Constituição Federal, 582
 - 10.2.7 Controle concentrado e respeito à legalidade, 583
 - 10.2.8 Tratados internacionais e controle de constitucionalidade, 583
 - 10.2.9 Controle de constitucionalidade e decretos, 584
 - 10.3 Legitimação, 585
 - 10.3.1 Adin e pertinência temática, 586
 - 10.3.2 Adin e entidades de classe ou confederações sindicais, 586
 - 10.3.3 Partidos políticos com representação no Congresso Nacional, 587
 - 10.3.4 Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, 588
 - 10.4 Finalidade da ação direta de inconstitucionalidade, 588
 - 10.5 Pedido de cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade, 589
 - 10.6 Ação direta de inconstitucionalidade e prazo decadencial, 591
 - 10.7 Advogado-Geral da União, 591
 - 10.8 Procedimento, 591
 - 10.9 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle concentrado, 594
 - 10.9.1 Reclamações e garantia da eficácia das decisões do STF em sede de ação direta de inconstitucionalidade, 598
- 11 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 599
- 12 Ação de inconstitucionalidade por omissão, 600
 - 12.1 Finalidade, 600
 - 12.2 Objeto, 601
 - 12.3 Inconstitucionalidade por omissão, 601
 - 12.3.1 Legitimidade e procedimento, 602
 - 12.4 Decisão do Supremo Tribunal Federal, 602
 - 12.5 Adin por omissão e medida liminar, 603

- 13 Ação declaratória de constitucionalidade, 603
 - 13.1 Previsão, 603
 - 13.2 Finalidade, 604
 - 13.3 Legitimidade, 605
 - 13.4 Objeto, 605
 - 13.5 Procedimento e julgamento, 606
 - 13.6 Efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal, 610
- 14 Arguição de descumprimento de preceito fundamental, 611
 - 14.1 Arguição de descumprimento de preceito fundamental preventiva e repressiva, 613
 - 14.3 Arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação, 614
- 13 DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS, 616
 - 1 Estado de defesa e estado de sítio, 616
 - 1.1 Quadro comparativo: estado de defesa e estado de sítio, 617
 - 2 Forças armadas, 620
 - 3 Segurança pública, 621
- 14 ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA, 624
 - 1 Dos princípios gerais da atividade econômica, 624
 - 2 Da política urbana, 626
 - 2.1 Competência para estabelecimento de políticas de desenvolvimento urbano, 626
 - 2.2 Usucapião constitucional de área urbana, 626
 - 3 Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária, 626
 - 3.1 Preceitos da política agrícola, 626
 - 3.2 Destinação das terras públicas e devolutas, 627
 - 3.3 Reforma agrária, 628
 - 3.4 Usucapião constitucional de área rural, 629
 - 4 Do sistema financeiro nacional, 629
- 15 ORDEM SOCIAL, 631
 - 1 Seguridade social, 631
 - 1.1 Parte geral, 631
 - 1.1.1 Conceito, 631
 - 1.1.2 Objetivos, 632
 - 1.2 Saúde, 632
 - 1.2.1 Conceito, 632
 - 1.2.2 Diretrizes e preceitos constitucionais relacionados à saúde, 633
 - 1.2.3 Atribuições constitucionais do Sistema Único de Saúde, 633
 - 1.3 Previdência social, 634
 - 1.3.1 Plano de previdência social, 634
 - 1.3.2 Regras sobre aposentadoria, 635

- 1.3.3 Regra de transição de aposentadoria voluntária integral e proporcional, 636
- 1.3.4 Regra de transição para professor, 637
- 1.3.5 Regime de previdência privada de caráter complementar, 637
- 1.4 Assistência social, 638
- 2 Educação, cultura e desporto, 638
 - 2.1 Educação, 638
 - 2.1.1 Conceito, 638
 - 2.1.2 Princípios constitucionais do ensino, 639
 - 2.1.3 Objetivos constitucionais da educação (art. 214 da CF), 640
 - 2.1.4 Universidades, 640
 - 2.1.5 Preceitos constitucionais sobre a educação, 640
 - 2.1.6 Organização dos sistemas de ensino, 641
 - 2.1.7 Aplicação obrigatória de recursos à educação, 641
 - 2.2 Cultura, 642
 - 2.3 Desporto, 642
 - 2.3.1 Preceitos constitucionais, 642
 - 2.3.2 Justiça desportiva, 643
- 3 Ciência e tecnologia, 643
- 4 Comunicação social, 643
- 5 Meio ambiente, 645
 - 5.1 Constituição e proteção ao meio ambiente, 645
 - 5.2 Regras constitucionais específicas sobre meio ambiente, 647
- 6 Família, criança, adolescente e idoso, 648
 - 6.1 Conceituação, 648
 - 6.2 Regras de regência das relações familiares, 649
 - 6.2.1 Princípio da paternidade responsável e exame do DNA, 650
 - 6.3 Tutela das crianças e dos adolescentes, 651
 - 6.4 Tutela aos idosos, 652
- 7 Índios, 652

Anexo A – *Quadro comparativo dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias individuais e coletivos*, 655

Anexo B – *Quadro comparativo dos direitos sociais*, 681

Anexo C – *Quadro comparativo das prerrogativas populares (nacionalidade, cidadania e soberania)*, 693

Anexo D – *Quadro comparativo do processo legislativo*, 739

Anexo E – *Quadro comparativo da reforma administrativa – EC nº 19/98*, 765

Bibliografia, 779

Índice remissivo, 790